CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 18.987/10/2ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000024254-49
Impugnação: 40.010127939-81
Impugnante: José Antônio da Silva
CPF: 244.166.146-91
Origem: DF/Governador Valadares

EMENTA

IPVA – FALTA DE RECOLHIMENTO – DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. Comprovada nos autos a falta de recolhimento do IPVA devido, uma vez que o proprietário dos veículos tem residência habitual neste Estado, nos termos do disposto no art. 127, inciso I do CTN. O registro e o licenciamento dos veículos no Estado do Espírito Santo não estão autorizados pelo art. 1º da Lei nº 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Corretas as exigências de IPVA, Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº 14.937/03 e juros de mora. Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Da autuação

A autuação versa sobre a falta de recolhimento de Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos exercícios de 2009 e 2010, dos veículos de placa n.º MQS – 9773 e HKG - 5000, em virtude do registro e licenciamento indevido de ambos no Estado do Espírito Santo, uma vez que a Fiscalização constatou que o seu proprietário é residente em Resplendor/MG.

Exige-se IPVA, Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei nº. 14.937/03 e juros de mora.

Da Impugnação

Inconformado, o Autuado apresenta tempestivamente a Impugnação de fls. 24/25, em cujo âmbito argumenta não ter havido violação ao disposto na Lei nº 14.937/03, uma vez que os veículos objeto do lançamento tiveram os respectivos impostos pagos em favor do Estado do Espírito Santo.

Esclarece que é proprietário da empresa “Disvale – Distribuidora Vale do Rio Doce Ltda.”, a qual dispõe de filial no município de Baixo Guandu/ES. Para comprovar suas alegações, junta cópia reprográfica do respectivo Contrato Social e do Alvará de Funcionamento expedido pela Prefeitura daquele Município.

Aduz, ainda, que tal sociedade empresária desenvolve a atividade de compra e venda de veículos novos e usados, bem como de peças automotivas, razão pela qual adquire frequentemente veículos licenciados no Estado do Espírito Santo e lá os mantém até sua posterior comercialização, realizada pela filial acima mencionada.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Além disso, afirma que um dos veículos autuados já fora comercializado e cita decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, cujo conteúdo entende assente com o seu posicionamento.

Ao final, pede seja cancelado o lançamento.

Da Manifestação Fiscal

O Fisco, por sua vez, comparece aos autos e, por meio da Manifestação Fiscal de fls. 37/42, refuta as alegações do Defendente.

Neste sentido, discorre detalhadamente acerca da legislação de regência das sociedades empresárias, tal como disciplinado em nosso ordenamento jurídico, notadamente no que pertine à personalidade jurídica das mesmas e aos efeitos que daí decorrem, bem como aos princípios contábeis que lhe são aplicáveis.

Destarte, com supedâneo na autonomia patrimonial consubstanciada no princípio da entidade, a autoridade fiscal contradiz as razões do Defendente ao argumento de que não se confundem a personalidade jurídica da sociedade, cujo quadro societário é integrado pelo Autuado, e a sua própria personalidade jurídica, enquanto pessoa natural. Destaca, então, que os veículos objeto da autuação ora em apreço não foram adquiridos pela Disvale Ltda, e sim pelo Impugnante.

Com referência à comercialização de um dos ditos veículos, embora o Impugnante não o tenha especificado, atesta que foi possível identificá-lo e que tal operação não repercutiu no lançamento, uma vez que a mesma se deu no mês de abril de 2010, posterior, portanto, à data de ocorrência do fato gerador do tributo.

Por fim, ressalta que, relativamente ao Contrato Social alusivo à filial localizada no Estado do Espírito Santo, consta o endereço do Autuado no Município de Resplendor/MG.

Isto posto, pede pela procedência do lançamento.

DECISÃO

A acusação fiscal, como visto, é de falta de recolhimento do IPVA devido a este Estado, nos exercícios de 2009 e 2010, relativamente aos veículos de placa n.º MQS – 9773 e HKG - 5000, ambos de propriedade do Autuado.

Mediante o cruzamento de dados do veículo e de seu proprietário, constantes dos bancos de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/ES e Receita Federal, a Fiscalização constatou que os mencionados veículos encontram-se registrados e licenciados no Estado do Espírito Santo, não obstante ser o seu proprietário residente no Município de Resplendor/MG.

Antes de se adentrar no exame das provas constantes dos autos, torna-se imperioso analisar a legislação que rege a matéria, para uma melhor compreensão da questão examinada.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no seu art. 155, inciso III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

Assim, cada Estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada Unidade da Federação, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos Estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem neste Estado.

Esta prática implica perda de arrecadação para o Estado e Município.

No caso do Estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº. 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que ao estabelecer sobre o pagamento do IPVA, disciplinou:

Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado. (grifou-se).

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

Art. 10. As alíquotas do IPVA são de:

I 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

(...)

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja, estabeleceu que o IPVA será devido ao Estado de Minas Gerais, quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Cabe, todavia, indagar, quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento neste Estado.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei nº. 9.503, de 1997, no seu art. 120, dispõe:

Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o Órgão executivo de trânsito do Estado ou do DF, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei. (grifou-se)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Extrai-se, do dispositivo legal retromencionado, que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se, desde já, que não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002 (CC/02), dada a regra da especialidade. A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do CTN, posto que a matéria ora discutida é de natureza tributária.

Examine-se, pois as disposições do art. 127 do CTN, retrocitado:

Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

I - quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade;

(...).

O Professor Renato Bernadi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

Partindo-se do pressuposto de que “domicílio” e “residência” são palavras cujos significados não se confundem, há que se dar uma interpretação coerente ao dispositivo. A interpretação que mais se encaixa na ratio legis da norma é aquela que indica que ao referir-se a “domicílio”, o Código de Trânsito faz menção à pessoa jurídica. Ao passo que, ao mencionar “residência”, dirige-se às pessoas físicas.

E continua:

Outra interpretação levaria à absurda conclusão de que o artigo 120 do Código de Trânsito Brasileiro considera somente a pessoa física, esquecendo-se da pessoa jurídica, além de distanciar referida regra do disposto no artigo 127 do Código Tributário Nacional, regra específica do domicílio tributário (...).

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA é o previsto no artigo supramencionado, que determina que as pessoas registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade e que as pessoas jurídicas de direito privado devem registrar seus veículos onde se encontre as respectivas sedes.

Esta assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de residência habitual do Autuado, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso I do CTN, já mencionado.

Para fins de aferição do domicílio tributário do Autuado, a Fiscalização anexou os seguintes documentos para comprovar que o endereço do Autuado é na cidade de Resplendor/MG:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- 1) consulta realizada junto à Receita Federal, a partir do CPF do Autuado (fls. 15);
- 2) consulta realizada junto ao site do Tribunal Superior Eleitoral (fls. 16);
- 3) comprovação, extraída a partir de dados dos registros da SEF (mais especificamente do SICAF), de que o Autuado participa do quadro societário das sociedades empresárias “Distribuidora Vale do Rio Doce Ltda” e “Disvale Manhuaçu Veículos Ltda”, ambos na condição de sócio-administrador (fls. 17/20).

Na peça de defesa apresentada, o Autuado/Impugnante argumenta, em síntese, que a existência de filial no Estado do Espírito Santo, aliado ao fato de que o referido estabelecimento dedica-se à comercialização de veículos novos e usados, demonstraria o seu domicílio fiscal naquele Estado.

Vale registrar, por oportuno, que o próprio Impugnante reconhece (conforme fls. 33 dos autos) que o seu domicílio para fins civis é o endereço apontado pelo Fisco no Município de Resplendor/MG, diversamente do que ocorre para fins tributários.

Ocorre, todavia, que, conforme bem apontado pela autoridade fiscal, não se há de confundir o domicílio fiscal da pessoa jurídica com o domicílio das pessoas naturais, ainda que integrantes do seu quadro societário.

Neste diapasão, o simples fato de figurar como sócio da unidade estabelecida no Estado do Espírito Santo não é capaz, de *per si*, de elidir a acusação fiscal, até porque o Impugnante também se encontra nesta mesma condição (sócio administrador) relativamente a outros estabelecimentos sediados neste Estado.

Demais disso, descabe cogitar que a atividade empresarial desenvolvida pela Disvale Ltda, consistente na aquisição de veículos novos e usados, tenha o condão de explicar as aquisições de veículos por parte do Impugnante e em seu nome licenciados em outra Unidade da Federação. Dito de outro modo, em que pese restar demonstrada a existência de estabelecimento comercial situado no Espírito Santo, não se há de concluir que o domicílio fiscal do Autuado, necessariamente, coincide com o da pessoa jurídica em questão.

Destarte, tem-se por demonstrado que as razões de defesa e os documentos apresentados pelo Autuado não se prestam a descaracterizar a infração apontada na autuação fiscal ora em apreço. Legítimas, portanto, as exigências fiscais constantes da Notificação de Lançamento.

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CC/MG, em preliminar, por maioria de votos, em rejeitar a proposta da Conselheira Luciana Mundim de Mattos Paixão de despacho interlocutório para que o Impugnante comprove documentalmente sua residência no Estado do Espírito Santo no período autuado. Vencida a Proponente. No mérito, à unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Carlos Alberto

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Moreira Alves (Revisor) e René de Oliveira e Sousa Júnior.

Sala das Sessões, 29 de outubro de 2010.

**Luciana Mundim de Mattos Paixão
Presidente**

**Manoel Nazareno Procópio de Moura Júnior
Relator**

CC/MG